

**Formação continuada em educação para as relações étnico-raciais na educação infantil:
um relato de experiência na jornada pedagógica do município de Codó-MA**

**Continuing education in ethnic-racial relations in early childhood education: an
experience report from the pedagogical workshop in the municipality of Codó-MA**

**Educación continua en relaciones étnico-raciales en la educación infantil: un relato de
experiencia del taller pedagógico en el municipio de Codó-MA**

Ensino & Linguagens

BRAGA, Francisca Eliete de Souza

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

elietybraga@gmail.com // <https://orcid.org/0009-0004-1227-4022>

MOTA, Drielle Ribeiro

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

dry_ll@hotmail.com // <https://orcid.org/0009-0001-6083-4571>

Resumo:

Este artigo apresenta um relato de experiência acerca da atuação como formadora e colaboradora na Jornada Pedagógica de 2026 do município de Codó-MA, com foco na Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil. A formação foi concebida como espaço de problematização das práticas pedagógicas frente aos desafios da implementação das políticas antirracistas no contexto escolar. Metodologicamente, foram articulados momentos expositivos, análise de vídeos disparadores e oficinas práticas de construção de sequências didáticas e brincadeiras de matrizes africanas e indígenas. A vivência evidenciou que o tema, embora sensível e mobilizador de memórias e emoções, revelou-se fundamental para a compreensão do racismo estrutural e para o avanço do letramento racial entre os docentes bem como o planejamento que fora articulado para a organização e intencionalidade mediante a proposta abordada. Os depoimentos compartilhados, inclusive marcados por emoção, demonstraram tanto a presença do racismo nas trajetórias pessoais quanto lacunas formativas ainda existentes. Conclui-se que a formação continuada, quando fundamentada teoricamente e ancorada na realidade do território, constitui estratégia essencial para a consolidação de práticas pedagógicas antirracistas desde a primeira infância. Esse relato se fundamenta teoricamente e metodologicamente nas/os seguintes autoras/es: Almeida (2019), Gomes (2017), Miguel Arroyo (2013), entre outras/os.

Palavras-chave: Educação para as Relações Étnico-Raciais; Formação Continuada; Educação Infantil.

Abstract

This article presents an account of my experience as a trainer and collaborator in the 2026 Pedagogical Workshop in the municipality of Codó-MA, focusing on Education for Ethnic-Racial Relations in Early Childhood Education. The training was conceived as a space for problematizing pedagogical practices in the face of the challenges of implementing anti-racist policies in the school context. Methodologically, expository moments, analysis of triggering videos, and practical workshops for constructing didactic sequences and games of African and Indigenous origin were articulated. The experience showed that the theme, although sensitive and mobilizing memories and emotions, proved fundamental for understanding structural racism and for advancing racial literacy among teachers, as well as the planning that was articulated for the organization and intentionality of the proposed theme. The shared testimonies, including those marked by emotion, demonstrated both the presence of racism in personal trajectories and existing formative gaps. It is concluded that continuing education, when theoretically grounded and anchored in the reality of the territory, constitutes an essential strategy for the consolidation of anti-racist pedagogical practices from early childhood. This report is theoretically and methodologically based on the following authors: Almeida (2019), Gomes (2017), Miguel Arroyo (2013), among others.

Keywords: Education for Ethnic-Racial Relations; Continuing Education; Early Childhood Education.

Resumen:

Este artículo presenta mi experiencia como formadora y colaboradora en el Taller Pedagógico 2026 en el municipio de Codó-MA, centrado en la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales en la Educación Infantil. La formación se concibió como un espacio para problematizar las prácticas pedagógicas ante los desafíos de la implementación de políticas antirracistas en el contexto escolar. Metodológicamente, se articularon momentos expositivos, análisis de videos desencadenantes y talleres prácticos para la construcción de secuencias didácticas y juegos de origen africano e indígena. La experiencia demostró que el tema, si bien sensible y movilizador de memorias y emociones, resultó fundamental para comprender el racismo estructural y promover la alfabetización racial entre el profesorado, así como la planificación articulada para la organización e intencionalidad del tema propuesto. Los testimonios compartidos, incluidos aquellos marcados por la emoción, demostraron tanto la presencia del racismo en las trayectorias personales como las brechas formativas existentes. Se concluye que la educación continua, fundamentada teóricamente y anclada en la realidad del territorio, constituye una estrategia esencial para la consolidación de prácticas pedagógicas antirracistas desde la primera infancia. Este informe se basa teórica y metodológicamente en los siguientes autores: Almeida (2019), Gomes (2017), Miguel Arroyo (2013), entre otros.

Palabras clave: Educación para las Relaciones Étnico-Raciales; Educación Continua; Educación Infantil; Práctica Pedagógica.



INTRODUÇÃO

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) institui-se como política pública educacional obrigatória no Brasil a partir da Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) e a posteriori ampliada pela Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008). Tais dispositivos legais representam conquistas históricas e inauguram um novo marco no debate curricular ao reconhecer a necessidade de inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos currículos da Educação Básica. Mediante, essa determinação é orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004), que estabelecem fundamentos pedagógicos, políticos e éticos para sua implementação de fato.

Na Educação Infantil, essa política assume grande relevância, uma vez que é na primeira infância que se desenvolvem a identidade, senso de pertencimento e entendimento das diferenças ao seu redor. Nesse sentido, a ERER ultrapassa a dimensão meramente conteudista, configurando-se como perspectiva estruturante do currículo, implicando revisão de concepções, metodologias, materiais didáticos e práticas avaliativas.

Articulada às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e à Base Nacional Comum Curricular, a ERER na Educação Infantil exige intencionalidade pedagógica na organização dos espaços, na escolha de narrativas literárias, na seleção de brinquedos, imagens e referências culturais que afirmem positivamente as identidades negras e indígenas. Isso implica reconhecer a infância como etapa fundamental na construção de valores democráticos e na consolidação de práticas antirracistas.

No intuito de promover reflexão crítica sobre a distância existente entre os marcos legais da ERER e sua efetiva materialização nas práticas pedagógicas, buscando fortalecer o compromisso político-pedagógico com uma educação antirracista desde a primeira etapa da Educação Básica, foi realizada Jornada Pedagógica do ano de 2026 ocorrida entre os dias 03 a 10 de fevereiro no município de Codó-MA. A formação foi voltada a todos os profissionais que fazem parte da

educação abordando como tema “Da pactuação à ação: compartilhando saberes e transformando as práticas educacionais em nossa rede de ensino”.

No tocante à etapa da Educação Infantil participaram aproximadamente 400 profissionais entre professores regentes, professores de horário pedagógico, supervisores e gestores escolares. A Jornada foi estruturada em trilhas pedagógicas organizadas por eixos contemplando diferentes temáticas. Cada trilha contemplava um foco específico de aprofundamento, estruturadas em oficinas formativas, permitindo que os participantes circulassem entre diferentes experiências e saberes.

As temáticas abordadas para a Educação Infantil foram: Documentação Pedagógica, com ênfase nos registros como instrumento de reflexão e visibilidade das aprendizagens; Laboratórios de Jogos Matemáticos, voltados ao desenvolvimento do raciocínio lógico por meio do brincar; Material Não Estruturado, incentivando práticas investigativas e criativas com objetos do cotidiano; Lei Lucas, instituída pela Lei nº 13.722/2018, que trata da obrigatoriedade da capacitação em noções básicas de primeiros socorros para profissionais da educação; e as Relações Étnico-Raciais, fundamentada nos marcos legais como a Lei nº 10.639/2003 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil, foco deste relato.

A EXPERIÊNCIA FORMATIVA: CONTEXTO, SUJEITOS E PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia do presente relato de experiência fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de natureza reflexiva e formativa, compreendendo a prática como espaço legítimo de produção de conhecimento. Nesse sentido, dialoga-se com Antônio Nóvoa (1992), ao defender que a formação docente se constitui na e pela reflexão crítica sobre a própria experiência, em processos coletivos de partilha, análise e reconstrução das práticas.

A princípio, foram feitos encontros de planejamento e assessoramento pedagógico, administrativos e organizacional, contemplando a intencionalidade da proposta formativa da Jornada Pedagógica. Com isso, as reuniões de alinhamento e orientações para as equipes do projeto em si constituíram-se como espaços estratégicos de escuta, diálogo e construção coletiva, nos quais foram definidos os objetivos, as metodologias a organização das oficinas e a logística do circuito formativo.

A formação foi organizada em três eixos articulados com carga horária de quatro horas, estruturando-se de modo a integrar fundamentos legais, reflexão crítica, proposições pedagógicas concretas e oficinas. No eixo político normativo, realizou-se uma exposição dialogada acerca dos marcos legais que sustentam a Educação para as Relações Étnico-Raciais, com destaque para a obrigatoriedade instituída pela Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), a ampliação promovida pela Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008) e as orientações pedagógicas estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. No momento com os docentes foram utilizados os recursos expositivos e vivenciais, articulando diferentes estratégias metodológicas, como slides para apresentação dos marcos legais e fundamentos teóricos da EREER, bem como dados extraídos do último censo escolar 2025¹ sobre autodeclaração das crianças, como cor e gênero matriculados na rede municipal.

Neste momento, problematizou-se a diferença entre lei, de caráter obrigatório e diretriz como orientação normativa, além de política pública entendida como um conjunto articulado de ações institucionais. A discussão evidenciou que o maior desafio não reside apenas na existência dos dispositivos legais, mas na efetiva implementação no cotidiano escolar. No eixo reflexivo vivencial, foi realizada a dinâmica da “folha amassada”, utilizada como metáfora das marcas deixadas pelo preconceito na construção subjetiva das crianças. A atividade promoveu um espaço

¹ Matrícula Rede Municipal Educação (RME) de Codó-MA -Sexo/cor/raça (2025).

Dados: branca=677 F e 674 M; Parda = 9.392 F e 1029 M; Preta = 656 F e 718 M; Indígena = 13 F e 11 M.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMECTI)/SIPAE (2025).

sensível de escuta e partilha, no qual as professoras relataram situações de discriminação racial observadas no ambiente escolar, reconhecendo que o racismo se manifesta desde a infância.

Foram apresentados aos professores vídeos disparadores de reflexão, como o “Teste da Boneca²” (Doll Test), realizado pelos psicólogos Kenneth e Mamie Clark nos Estados Unidos na década de 1940, onde evidencia-se como crianças pequenas já reproduzem hierarquizações raciais internalizadas socialmente. Assim como o vídeo “Ninguém Nasce Racista”, promove discussões sobre racismo, discriminação e respeito, inspirando crianças e adolescentes a pensarem sobre o impacto das palavras e atitudes racistas objetivando mostrar que o racismo não é algo natural e sim aprendido. Também o vídeo “Cores e Botas” de 2010, foi apresentado para refletir sobre racismo, representatividade e padrões de beleza, mostrando que sonhos e talentos não devem ser limitados por preconceitos sociais. Assim como o poema “Igual-Desigual” de Carlos Drummond de Andrade (1980), foi utilizado para discorrer sobre a ideia de que cada ser humano é único e diferente nos levando a compreender que as diferenças não devem ser motivo de exclusão ou preconceito, mas de respeito e valorização. Este momento possibilitou reflexões para compreender o racismo como estrutura histórica e social que atravessa instituições e relações cotidianas, inclusive a escola, demandando posicionamento pedagógico intencional.

Por fim, no eixo prático pedagógico, houve a realização das oficinas, onde os docentes organizaram-se em grupos para elaborar propostas de sequências didáticas alinhadas aos campos de experiência³ da Educação Infantil, incorporando literatura afro-brasileira, brincadeiras de matriz africana e indígena, ampliação da representatividade estética nos materiais pedagógicos e revisão dos espaços escolares, de modo a contemplar maior diversidade étnico-racial. A elaboração de sequências didáticas alinhadas à EREB, pensadas a partir da análise dos livros de literatura infantil,

² O teste também foi feito no Brasil por meio do Projeto: “A Negação do Brasil” dirigido por Joel Zito Araújo.

³ Considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC estabelece cinco campos de experiências, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver (BNCC, 2017, p. 24).

disponibilizados para este momento, bem como oficinas de brincadeiras de matrizes africanas e indígenas, possibilitou aos docentes vivenciar propostas pedagógicas concretas e contextualizadas.

A oficina desenvolvida na Jornada Pedagógica da rede municipal de Codó (2026), ao articular planejamento colaborativo, exposição dialogada, dinâmicas vivenciais e elaboração de sequências didáticas, configurou-se como um dispositivo formativo que integrou teoria, legislação e prática pedagógica. Além disso, aproxima-se da perspectiva dialógica de Paulo Freire (1996, p. 14), ao conceber a formação como um ato político e problematizador, no qual o conhecimento é construído na escuta, no diálogo e na conscientização crítica acerca das relações étnico-raciais. Assim, o relato assume a experiência como categoria epistemológica, valorizando os processos de interação, os sentidos produzidos coletivamente e as transformações desencadeadas no cotidiano escolar, especialmente no enfrentamento ao racismo estrutural desde a Educação Infantil.

ENTRE INQUIETAÇÕES E POSSIBILIDADES: ANÁLISES DA EXPERIÊNCIA FORMATIVA EM ERER

A abordagem da Educação para as Relações Étnico-Raciais, no contexto da formação, revelou-se um tema sensível, capaz de mobilizar memórias, afetos e experiências marcadas por dor e silenciamento. Situação observada na maior parte dos participantes que compreendia a ERER como uma temática episódica, restrita a datas comemorativas, especialmente ao mês de novembro. Tal percepção evidencia o que Miguel Arroyo (2013, p. 17), denomina de disputas curriculares, nas quais determinados conhecimentos são historicamente marginalizados ou tratados como periféricos no interior da organização escolar.

Nesse sentido, a ERER aparecia mais como evento do que como princípio estruturante do currículo. Também, nesta linha Gomes (2012, p. 49), argumenta que a construção de uma educação antirracista exige mudança de postura, revisão de referenciais teóricos e compromisso institucional permanente, não se limitando a ações pontuais ou comemorativas.

Ao problematizar o racismo estrutural, tornou-se evidente que discutir desigualdades raciais implica reconhecer que o racismo não se limita a atitudes individuais, mas constitui uma lógica histórica que organiza relações sociais, institucionais e educacionais. Como afirma Almeida:

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem” (Almeida, 2019, p. 25).

Durante a formação relatos pessoais emergiram com intensidade, alguns docentes choraram ao compartilhar experiências de discriminação vividas na infância ou presenciadas no ambiente escolar, evidenciando que o tema atravessa trajetórias de vida e identidades profissionais. Ao mesmo tempo, observou-se que eles ainda não compreendiam plenamente o conceito de letramento racial, que segundo Gomes (2017, p. 16), é entendido como a capacidade de reconhecer, nomear e enfrentar práticas racistas no cotidiano. Esta constatação revelou tanto a urgência quanto a potência do espaço formativo, embora desperte gatilhos e desconfortos, o debate é necessário para romper silêncios, ampliar consciências e construir práticas pedagógicas verdadeiramente comprometidas com a superação do racismo desde a infância.

Ao longo do processo formativo foi possível perceber uma ampliação significativa da compreensão acerca do caráter permanente e transversal da ERER. As professoras passaram a reconhecer que práticas aparentemente neutras como a predominância de personagens brancos nos livros infantis, a ausência de referências africanas e afro-brasileiras nos murais e a limitada diversidade nas representações estéticas produzem efeitos simbólicos profundos na constituição da identidade infantil. Essa tomada de consciência revelou o papel do currículo oculto na reprodução de hierarquias raciais. Segundo Paraíso, o currículo opera por meio de discursos que selecionam saberes, silenciam outros e produzem normas sobre quem pode ser visto, representado e reconhecido (Paraíso, 2012).

Essa reflexão encontra respaldo nos estudos de Cavalleiro (2001, p. 97), ao demonstrar que o silêncio escolar diante do racismo contribui para a naturalização das desigualdades e para a

construção de identidades fragilizadas em crianças negras. Quando a escola não problematiza as relações raciais, ela acaba reforçando estigmas e invisibilizando experiências, o que impacta diretamente a autoestima e o sentimento de pertencimento das crianças.

Entre os principais resultados alcançados, destacam-se o reconhecimento do racismo como realidade presente também na Educação Infantil, a ampliação do entendimento sobre a obrigatoriedade legal da EREB e a elaboração de propostas pedagógicas contextualizadas (materiais, livros e brinquedos com representatividade racial, histórias e narrativas com protagonismo negro e indígena, intervenção pedagógica diante de falas e atitudes discriminatórias) alinhadas aos campos de experiência. Consagrando veemente as pactuações e compartilhamento de saberes entre os profissionais da rede.

Por outro lado, foram evidenciadas dificuldades importantes, como a insegurança docente para abordar a temática em sala de aula e com os pais, a carência de materiais didáticos específicos na rede municipal e a naturalização de práticas historicamente consolidadas. Entretanto, a experiência revelou que todo esse processo se traduziu como elemento importante e estratégico para a efetivação da política de Educação para as Relações Étnico-Raciais no município.

Dessa forma, ao assumir o lugar de quem conduz o processo formativo, fomos também profundamente atravessados por ele. A preparação da formação exigiu aprofundamento teórico, revisão de referenciais, organização intencional dos conteúdos e, sobretudo, coerência entre discurso e prática. Não se tratava apenas de apresentar a legislação ou discutir conceitos, mas de provocar deslocamentos, sensibilizar olhares e criar um espaço seguro de diálogo sobre uma temática que, muitas vezes, ainda gera desconforto.

Durante a formação, constatou o quanto o papel de agente formador exige escuta sensível, postura ética e abertura para aprender com as experiências das próprias professoras. As falas compartilhadas, as dúvidas explicitadas e até as resistências manifestadas revelaram a complexidade de implementar a EREB no cotidiano escolar. Esse movimento nos levou a compreender que

formar também é um exercício de autoformação, ao mesmo tempo em que mediava reflexões, revisitávamos nossas práticas, reafirmávamos compromissos e ampliávamos a compreensão sobre os desafios concretos enfrentados na rede municipal.

Assim, a experiência fortaleceu a convicção de que a formação continuada precisa ser dialógica, contextualizada e comprometida com a realidade local. Compreendemos que a ação não é oferecer respostas prontas, mas provocar questionamentos, articular teoria e prática e sustentar a dimensão política do currículo. Essa vivência reafirmou o compromisso com uma educação antirracista desde a infância e consolidou a identidade profissional como educadoras que atuam na colaboração entre política pública, formação docente e transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência na Jornada Pedagógica do município de Codó-MA demonstrou que a implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil exige mais do que o conhecimento da legislação, demanda deslocamentos epistemológicos, revisão de práticas e compromisso político pedagógico e o fortalecimento de circuitos formativos para esta dimensão educativa em rede. A formação contribuiu para aproximar política e prática, favorecendo a compreensão da EREER como eixo estruturante do currículo e não como temática pontual e periférica. Evidenciou-se a importância de investir em formação continuada, produção e circulação de materiais didáticos representativos e significativos bem como o acompanhamento pedagógico nas unidades escolares.

Constatou-se que a Secretaria Municipal de Educação de Codó-MA (SEMECTI) deve consolidar práticas voltadas para a EREER como pauta permanente nas formações docentes e que sejam criados espaços de socialização de experiências exitosas entre as instituições da rede. Assim, entre a política instituída e a prática cotidiana, constrói-se um caminho possível de formação crítica, de compromisso ético e valorização das identidades que constituem a infância codoense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Igual-desigual. In: **A paixão medida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: CNE, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.



NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António (org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

